

Economistas: a recessão não é saída para a crise

A adoção de uma política recessiva como saída para a atual crise econômica foi duramente criticada, ontem, por nove economistas de diversas tendências: Maria da Conceição Tavares, Carlos Lessa, Celso Furtado, Carlos Alberto Cosenza, João Sabóia, Ignácio Rangel, César Maia, João Paulo de Almeida Magalhães e Maurício Dias David.

Durante a reunião-almoço, que marcou a posse da nova diretoria da Associação dos Jornalistas de Economia e Finanças do Rio de Janeiro (Ajef-RJ), Maria da Conceição Tavares afirmou que, de 1978 para cá, a dívida externa brasileira sofreu um acréscimo de US\$ 47 bilhões apenas no que diz respeito às elevações das taxas de juros no mercado internacional e à queda dos preços das matérias-primas.

Em sua opinião, as recentes medidas adotadas pelo Governo na área econômica não são de emergência, mas de agravamento da crise, e acabarão por resultar no "sucateamento do parque industrial brasileiro e na elevação dos níveis de desemprego sem, em contrapartida, gerar um dólar sequer". A seu ver, "o pacote econômico é suicida".

Ela acredita que o Brasil é um dos países mais viáveis e que, para viabilizá-lo, basta que se adote políticas efetivas de emergência, de curto, médio e longo prazos. E, como a crise é muito grave, ela sugere que os economistas e a sociedade, independente da corrente partidária ou ideológica, se engajem nesse processo. Ela enumerou algumas de suas sugestões:

- a adoção de uma política monetária não restritiva com oferta elástica de dinheiro, para permitir a queda das taxas de juros;
- o Brasil deve liderar, a nível latino-

americano, o bloco de países devedores, visando à renegociação da dívida;

● a revisão da meta do corte de 15 por cento na folha salarial das empresas estatais. Em seu lugar, ela sugere uma política nacional de empregos;

● política cambial com duas taxas — uma para operações comerciais e outra para operações financeiras.

Ela considera que, em diversos aspectos, os Ministérios vêm adotando orientação contrária à que foi defendida pelo presidente João Figueiredo, em seu recente discurso na Organização das Nações Unidas (ONU). Conceição Tavares prevê que, a serem seguidas as atuais diretrizes, o Brasil enfrentará, depois da recessão que atravessa há dois anos, uma profunda depressão até 1984, com uma avalanche de liquidação de empresas.

CELSO FURTADO

Para o economista Celso Furtado, o problema do País não é de recessão, mas de desordem administrativa na ordem econômica. Ele acredita que o atual controle pode ter por objetivo passar ao resto do mundo a impressão de que o País está seguindo a terapêutica determinada pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), mas que isso traz o risco de desmontar o parque industrial e de produzir milhões de desempregados. Recessão, disse ele, não resolve nem o problema da inflação nem o da dívida externa.

Ele é de opinião que, a qualquer momento, os países devedores apelarão para a renegociação. Ele acha que o Brasil, nesse sentido, precisa antes de mais nada recuperar o controle de sua economia interna para, então, assumir um papel de liderança nesse bloco. Furtado elogiou a postura defendida pelo Itamaraty em re-

lação ao resto do mundo, exposta pelo presidente Figueiredo na ONU, mas disse que a proposta não está sendo aplicada internamente.

Criticando as propostas de recessão para 1983, já anunciadas por representantes do Governo, ele afirmou que "nenhum economista sério, hoje, pode dizer que essa é a saída para resolver a inflação ou o desequilíbrio existentes nas contas externas". E terminou sua exposição perguntando às 150 pessoas presentes: tem sentido pagar a dívida externa parando a economia?

CARLOS LESSA

O economista Carlos Lessa, por sua vez, afirmou que "chega-se ao fim de 1982, após dois anos de recessão, verificando-se que não foi cumprida a promessa de que a economia brasileira estava criando espaços para crescer". Ao contrário — prosseguiu —, o Governo apresenta a recessão como saída e as taxas inflacionárias permanecem elevadas.

João Sabóia não tem dúvidas de que o País quer aprofundar a recessão: a prova é a meta de superávit comercial em 83, da ordem de US\$ 6 bilhões, que provocará uma série restrição das importações e uma redução ainda maior da atividade econômica. O desequilíbrio da dívida externa — acrescentou — é que vem ditando toda a atual orientação econômica.

Carlos Alberto Cosenza acha que o dinheiro girando atualmente em torno de um sistema que nada produz é altamente inflacionário. Ele sugere que o Brasil transforme em investimento o restante da dívida pois, do contrário, poderá haver o desaparecimento de um elevado número de empresas.